

MERCADO REGULADO DE CARBONO - ALIANÇA BRASIL NBS PRONTA PARA CONTRIBUIR COM A REGULAMENTAÇÃO

A Aliança Brasil, representando suas 24 associadas, organizações que, juntas, emitem mais de 70% dos créditos de carbono de soluções baseadas na natureza desde 2022, parabeniza o Congresso Nacional pela aprovação do PL 182/2024, que institui o Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões (SBCE). Essa conquista reflete a união e o comprometimento na busca por soluções climáticas para o mundo.

Reconhecemos que o texto aprovado, fruto de debates previstos desde 2009 no âmbito da Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), representa o consenso possível para equilibrar expectativas e demandas de diferentes setores. Embora ainda existam pontos que requeiram aprofundamento, a inclusão de elementos-chave no texto final coloca o SBCE como um grande ponto de partida para aprimorarmos ainda mais nosso compromisso de descarbonização a partir das soluções baseadas na natureza.

Entre os avanços, destacamos a interoperabilidade entre os mercados voluntário e regulado. Dados do Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa (SEEG), do Observatório do Clima, indicam que cerca de 50% das emissões nacionais são causadas pelo desmatamento, degradação florestal e mudanças no uso do solo — fontes muitas vezes associadas a atividades ilícitas como o desmatamento ilegal, que não são abarcadas pelo mercado regulado. O mercado voluntário, com projetos de conservação florestal (REDD+) e de restauração/reflorestamento (ARR), aborda diretamente tais emissões, resultando em uma sinergia extremamente positiva à descarbonização nacional.

No entanto, a criação de um mercado regulado e a participação do mercado voluntário no SBCE são tópicos de alta complexidade técnica que exigem elevado entendimento e ampla participação dos setores envolvidos, principalmente de desenvolvedores de projetos de redução ou remoção de GEE. Ressaltamos a importância de um debate inclusivo e transparente, no qual os atores impactados possam colaborar na construção de uma regulamentação eficaz e que vise uma implementação adequada do sistema de comércio de permissões de emissões. A Aliança Brasil NBS, por meio de suas associadas e seus especialistas, está pronta para oferecer suporte técnico e estratégico nesse processo.

Entendemos que o apoio técnico da Aliança Brasil NBS na regulamentação da lei e na implantação do SBCE será essencial, principalmente em temas como natureza jurídica dos créditos de carbono florestal, o papel da Conaredd+ sobre metodologias científicas, a infraestrutura necessária para que a Conaredd+ possa realizar cadastros e registros de projetos, a prevenção do uso indevido dos novos sistemas previstos e a importância de se considerar metodologias que contemplem o manejo florestal. Temas como a tributação dos ativos, Ajustes Correspondentes, transferência internacional de resultados de mitigação, regulamentação do REDD+ (público e privado), repartição de benefícios para povos indígenas e comunidades tradicionais, bem como a governança do novo sistema, também precisam ser discutidos em profundidade.

Desta forma, embora a aprovação do SBCE seja um marco significativo, ressaltamos que o texto que foi objeto de consenso possui dispositivos que só serão efetivos se bem

endereçados pela regulamentação, ou até mesmo via possíveis ajustes técnicos por meio de alteração legislativa.

Acreditamos que as Soluções Baseadas na Natureza são essenciais para o Brasil cumprir suas metas no Acordo de Paris e combater a mudança do clima. Um ambiente regulatório robusto e bem estruturado é indispensável para proteger e restaurar nossos ecossistemas, garantindo a sustentabilidade do setor.

Apenas com a participação ativa da sociedade civil alcançaremos uma legislação que atenda às expectativas nacionais e internacionais, promovendo o desenvolvimento sustentável do Brasil. A Aliança Brasil NBS reafirma seu compromisso e prontidão para contribuir com esse importante trabalho.
